

BENEFÍCIO | Caso recente do PDV do Governo Federal, com 240 adesões, mostra que é necessário oferecer indenizações mais atrativas

PDVs em baixa no serviço público federal

Dos que aderiram, só 76 se demitiram. Mais 153 quiseram redução de jornada

RENATO DECCACHE
renato.deccache@folhadirigida.com.br

O Ministério do Planejamento deve lançar em breve um novo Programa de Demissão Voluntária (PDV), em substituição à Medida Provisória enviada ao Congresso Nacional em 2017. A proposta teve 240 adesões. O último programa do tipo, no governo de Fernando Henrique Cardoso, registrou cerca de cinco mil.

PDVs não necessariamente são prejudiciais ao trabalhador. Até por ser voluntário, só adere quem percebe vantagens. Para profissionais que trabalham em empresas públicas são regidos pela CLT, é uma oportunidade de se desligarem com ganho adicional.

Para o servidor estável, dependendo das regras, aderir a um PDV também pode ser alternativa, principalmente nos casos de quem está próximo de se aposentar ou dos que, por motivos pessoais, querem deixar a carreira pública no curto prazo. É uma oportunidade, por exemplo, de compensar, ao menos em parte, o fato de não terem FGTS.

Para ter adesão, é fundamental que um PDV possibilite ganhos financeiros atrativos ao servidor público. Até porque ele trocará sua estabilidade por esse ganho adicional. E a proposta inicial do governo está longe de ser vantajosa, segundo representantes dos servidores.

Quem se demitisse ganharia o valor da remuneração mensal, mais 25%, por ano trabalhado. Um servidor com dez anos de casa, por exemplo, trocaria até 20 anos de estabilidade (para cumprir os 35 anos de contribuição obrigatória para aposentadoria) por uma indenização equivalente a um ano de salário.

Outro problema é que vários dos adicionais não entram na conta. No texto da MP de 2017, são listados 24. Ou seja, em boa parte dos casos, a indenização teria como referência apenas o salário-base. "O



Sérgio Ronaldo da Silva criticou regras do PDV do Governo Federal

que o governo oferece é praticamente nada para quem fez concurso, estudou e se capacitou. É uma proposta indecorosa, coerente com um governo que não tem um projeto para o serviço público", critica Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef).

Outro fator que torna menos atrativo o programa do governo é que o pagamento é feito em parcelas, de acordo com o número de anos de trabalho do profissional. Além desse problema, Sérgio Ronaldo destaca o risco de o servidor não receber todo o dinheiro a que tem direito, como aconteceu com funcionários que aderiram ao PDV da gestão FHC.

"Prometeram céus e terra e, no final, não cumpriram. Não aconselhamos os servidores a aderirem ao PDV do governo Temer", diz o secretário-geral da Condsef. Segundo ele, um programa como o que propôs o governo é ainda menos atraente no cenário de crise econômica pelo qual passa o país. "São 13 milhões de desempregados. Ninguém quer se demitir em um momento como esse. Trata-se de uma farsa de PDV."

A reportagem da FOLHA DIRIGIDA entrou em contato com a assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento para saber se haverá mudanças no texto do próximo PDV e por que as regras do anterior eram atraentes, na visão do órgão. Até o fechamento desta edição, no entanto, não houve resposta.

PDV tem três modalidades

Dos 240 servidores que aderiram a uma das modalidades do PDV, 76 efetivamente se demitiram. Do total, 153 aceitaram diminuição de jornada semanal, que poderia ser de 40 para 30 ou 20 horas, acompanhada de redução proporcional no salário, inclusive de benefícios como auxílio-alimentação e 13º. O profissional pode atuar no setor privado.

Onze servidores pediram licença incentivada, também prevista no PDV do Governo Federal. Nesse caso, o profissional ficará fora do serviço público por três anos, sem receber salários. Em troca, o funcionário receberá três vezes o valor de sua remuneração mensal, também sem incluir os 24 benefícios listados para quem se demite.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) também apostou, em 2017, em um PDV para enxugar sua folha de pagamento e reduzir custos. Pela proposta, podiam participar funcionários com, pelo menos, 15 anos de trabalho. A indenização era calculada com base em uma fórmula que considerava média de remuneração dos 60 meses anteriores e tempo de serviço. Um funcionário com 35 anos de casa e média de R\$6 mil ganhava R\$2.100, além das verbas

indenizatórias, se aderisse.

O resultado também ficou abaixo do esperado, com cerca de 6.200 adesões, frente a uma meta de 8.200. Ronaldo Martins, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Similares (Sintec-RJ), diz que a proposta não é vantajosa para a maioria dos funcionários.

"Para quem recebe vencimentos de R\$10 mil a R\$15 mil, ou está próximo de se aposentar, pode valer a pena. Mas, a maior parte dos funcionários dos Correios, que têm salários muito baixos, não é vantajoso. Muitos ganhariam de R\$800 a R\$900, o que não cobre nem um mês do auxílio-alimentação, que é de R\$1.200", diz o sindicalista.

A indenização pouco atraiente, segundo Ronaldo Martins, não proporciona a segurança necessária para o funcionário que aderir ao PDV se inserir no mercado de trabalho ou montar um negócio. Para o serviço público, o sindicalista também acredita que PDVs trazem problemas. "Como contrapartida, deveriam ser realizados concursos públicos para substituição dos que saírem por novos profissionais. O problema é que isso, via de regra, não acontece."

por dentro do SERVIÇO PÚBLICO

Renato Deccache
renato.deccache@folhadirigida.com.br



CNTSS reivindica investimento em capacitação

O grande déficit de pessoal, em torno de 16 mil profissionais, somado a projetos para uso de tecnologias na concessão de aposentadorias têm levado a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social (CNTSS/CUT) a reivindicar mais investimentos em qualificação para os servidores.

Esse foi, inclusive, um dos temas de uma reunião realizada no dia 25 de janeiro, entre representantes da CNTSS/CUT e o presidente do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Francisco Paulo Soares Lopes, e outros representantes da autarquia.

Segundo a secretária de Comunicação da CNTSS/CUT, Terezinha de Jesus Aguiar, o investimento maior em qualificação dos servidores é cada vez mais necessário. Ela ressalta que o INSS está entrando em um processo de esvaziamento de sua força de trabalho em função do crescimento no número de aposentadorias de servidores da autarquia.

Aliado a isso, o aumento do número dos que passam para a inatividade nos demais órgãos públicos e, até mesmo, na iniciativa privada, por conta da reforma da Previdência, tem feito aumentar e muito a demanda de trabalho nas agências. "A força de trabalho que sai não é a mesma que entra", ressalta a secretária de Comunicação.



Terezinha de Jesus Aguiar ressaltou necessidade de capacitar servidores do INSS

A própria direção do INSS já reconheceu a necessidade de investir em capacitação dos servidores. Tanto que um dos objetivos das qualificações é o de habilitar profissionais para dar otimizar procedimentos e reduzir a demanda nas agências. Outro foco das capacitações é fazer com que os servidores aprendam a lidar com o sistema INSS Digital.

"O uso desse sistema vai mudar os procedimentos e fazer com que o trabalho seja feito de forma mais rápida", disse Terezinha de Jesus Aguiar, salientando que os servidores também serão qualificados para evitar a ocorrência de fraudes a partir do novo sistema.

Servidores do Estado terão 25% de desconto em cursos de Francês

Servidores ativos e inativos do Governo do Estado do Rio de Janeiro terão, em breve, oportunidade de aprender Francês. Isto porque foi firmada, no final do ano passado, um convênio com a Aliança Francesa do Rio de Janeiro que garante descontos de 25% em todos os cursos regulares, intensivos ou superintensivos da instituição.

Pensionistas e dependentes também podem ser beneficiados pelo convênio, que tem como principal objetivo o de ampliar a parceria já existente entre a Aliança Francesa e algumas secretarias, que haviam realizado contratos pontuais, sob demandas específicas com a instituição de ensino.

Uma boa notícia é que o servidor interessado em fazer algum dos cursos abrangidos pelo convênio terá várias opções de endereço. Isso porque a parceria é válida para todas as 10 filiais da Aliança Francesa na cidade do Rio: Botafogo, Barra-Downtown, Barra-Novo Leblon, Centro, Ipanema, Copacabana, Tijuca, Recreio, Freguesia-Jacarepaguá e Norte Shopping.

O servidor que se interessar poderá ir a uma das unidades do curso para obter mais informações. Na matrícula, os servidores ativos e inativos e os pensionistas precisarão levar o último contracheque e a carteira de identidade. Já os dependentes precisarão apresentar documentos que comprovem a relação de dependência com o servidor do Estado, em conjunto com o último contracheque do servidor.

Discussões sobre as mudanças na Previdência voltam à pauta

Com o início do ano legislativo, o Congresso Nacional deve voltar as atenções para a Reforma da Previdência Social. A expectativa é que, a partir dessa semana, sejam intensificadas as discussões sobre o PEC 287/16, que prevê novas regras para a concessão de aposentadorias no país.

O presidente da Câmara, Rodrigo

Maia, já reafirmou que vai manter o calendário anunciado para a reforma da Previdência, com votação logo após o carnaval, no dia 19 de fevereiro. A expectativa é que entidades sindicais de todo o país também comecem a se mobilizar para barrar as alterações, que podem atingir em cheio direitos adquiridos de servidores.

ASSIBGE-SN alerta golpe praticado contra servidores do IBGE

O Sindicato Nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (ASSIBGE-SN) divulgou um alerta a seus associados em relação a um golpe que está sendo praticado contra servidores do IBGE. De acordo com o sindicato, bandidos estão ligando para associados solicitando depósitos para que possam ser beneficiados da Ação que permitiu reajuste de 3,17%.

A justificativa para o depósito será o pagamento de custas processuais da ação. "Reafirmamos que toda e qualquer informação sobre as ações do Sindicato só ocorre por mecanismo formal de comunicação individual ao associado, por parte da ASSIBGE-SN ou do escritório de advocacia responsável pela ação", informa a direção do sindicato.

Servidores podem participar de novo curso do Detran-RJ

O Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (Detran-RJ) realiza este mês mais uma edição do curso Oficina para Todos. As aulas acontecerão nesta quarta-feira, dia 7 de fevereiro, na Escola Pública de Trânsito, localizada na Avenida Mem de Sá, 163, Centro.

O curso é uma boa oportunidade

para servidores, não só do Detran-RJ mas de diversos outros órgãos públicos, aprenderem noções básicas para identificar e consertar problemas mecânicos e elétricos simples em seus veículos. O curso é gratuito e consiste em três horas de aulas teóricas e práticas, das 9h às 12h. Quem não é servidor também pode participar da formação.

Quer saber o que tem acontecido de mais **inovador** na área da **educação**?

**Conheça o InovEduc:
O portal da Inovação na Educação!**

Fique por dentro das principais novidades!
www.inoveduc.com.br

Acesse e receba em primeira mão:

- ✓ Informações sobre o mercado
- ✓ Artigos de especialistas
- ✓ Cobertura de eventos
- ✓ Mundo das edtechs
- ✓ E muito mais.

